

INCLUSÃO

JUSTIÇA, JUVENTUDE E DIVERSIDADE



Contribuições de mais de 1500 jovens de Maputo, Sofala e Nampula para o Diálogo Nacional Inclusivo

Maputo, 16 de Dezembro de 2025

@inclusão2025

Título: Contribuições de mais de 1500 jovens de Maputo, Sofala e Nampula para o Diálogo Nacional Inclusivo

Autores: Anésio Manhiça, Jonathan Nhancale, Isabel Mbofana & Eugênio Gazite

Colectivos juvenis envolvidos na colecta e sistematização de dados: #GeraçãoSolução, Influencers da Coesão Social, Rede Elas Nos Medias, BeFriendly, Empreender Com Orgulho & Economias do Índico

Assistentes: Ermelinda Cossa, Chald Cuambe, Ámina Mavuie, Richete Xiranda, Anderson Maduna, Nélia Siteo & Fernando Massinga Jr.

Estatístico : Gabriel Tembe

Fotografias: Alberto Matola

Ano: 2025

Contacto: comunicacao@inclusaomoz.org | a.manhica@inclusaomoz.org | Jonathan.nhancale@gmail.com



As contribuições da juventude para o DNI foram publicamente apresentadas e formalmente submetidas à COTE, conforme ilustram as imagens, no dia 18 de Dezembro de 2025.

Previamente, no dia 16 de Dezembro de 2025, as mesmas contribuições foram apresentadas de forma detalhada numa conferência de imprensa, realizada na cidade de Maputo, reforçando o compromisso da juventude com um processo participativo, transparente e inclusivo.

1. Introdução

No contexto da implementação do Diálogo Nacional Inclusivo (DNI) e considerando os constrangimentos relacionados com a participação efectiva e representativa da diversidade juvenil neste processo, a Associação para a Promoção da Inclusão Social da Juventude e das Diversidades em Moçambique abreviadamente designada (INCLUSÃO), uma organização da sociedade civil criada e liderada por jovens, desenvolveu um conjunto de intervenções estratégicas orientadas para o reforço da informação e capacitação da juventude relativamente ao DNI, aos seus objectivos e aos respectivos mecanismos de participação cívica. Em simultâneo, foram conduzidas acções sistemáticas de recolha de dados com vista à identificação das principais demandas, percepções e expectativas de mudança social expressas pela juventude face aos resultados esperados do processo de diálogo.

O presente documento tem como objectivo analisar a percepção da juventude relativamente ao Diálogo Nacional Inclusivo, bem como sistematizar e interpretar as principais demandas e expectativas de transformações sociais, políticas e económicas que os jovens consideram prioritárias e passíveis de serem endereçadas no âmbito deste processo nacional.

A análise apresentada fundamenta-se em dados empíricos recolhidos por meio de metodologias qualitativas e quantitativas, resultantes de interacções presenciais realizadas nas províncias de Maputo, Sofala e Nampula. A recolha de dados ocorreu no quadro de processos de auscultação comunitária liderados pelo Comissão Técnica do Diálogo Nacional Inclusivo (COTE), complementados pela realização de workshops, inquéritos estruturados, oficinas participativas e conferências, entre os meses de Outubro e Dezembro de 2025.

O presente documento inicia com a contextualização do Diálogo Nacional Inclusivo (DNI), descrevendo o enquadramento em que o processo decorre, as percepções da juventude relativamente ao DNI e as metodologias utilizadas para a recolha, sistematização e análise das contribuições juvenis. Seguidamente, são apresentadas de forma detalhada e analítica as principais contribuições de natureza constitucional, seguindo-se a apresentação das contribuições relativas ao processo de governação. Por fim, o documento encerra com uma nota analítica sobre os mecanismos a considerar para assegurar a efectiva inclusão da diversidade juvenil, de modo a garantir que o Diálogo Nacional Inclusivo se consolide como um processo genuinamente participativo, representativo e inclusivo.

2. Metodologia

O DNI decorre num contexto marcado por elevados níveis de desconfiança da juventude e dos cidadãos em geral relativamente à capacidade e à vontade do Governo para responder, de forma

efectiva, aos problemas que afectam a população. Esta desconfiança é particularmente acentuada no que respeita à eficácia do próprio processo do DNI, sobretudo quanto à sua aptidão para dar resposta às preocupações das comunidades que estiveram na linha da frente das manifestações e protestos recentes, tal como mostra uma das intervenções:

"Eu não acredito muito na credibilidade do processo (DNI). Já vimos diálogos que depois não resultaram em grandes mudanças. Mesmo o partido militarizado chegou a acordos que depois não foram cumpridos. Agora, eu, jovem que só confio em manifestar, não tenho arma. Será que serei mesmo ouvido? Eu não participo deste processo com fé de que algo vá mudar, mas participo, de facto, para ter bases para, no futuro, fazer reclamação. (..) Para ter informação sobre o diálogo (lançamento), tive de implorar às pessoas da FRELIMO. Então, vou participar (das auscultações. Não quero reclamar com base em emoção, quero reclamar na com bases. Eu quero provar isso" (Intervenção, de Activista e Líder de Organização LGBTQIA+, 14.10.25).¹

Apesar deste cepticismo generalizado, a juventude manifesta disponibilidade para participar no processo. Esta disposição, contudo, não assenta na convicção de que as suas vozes venham a ser imediatamente consideradas nos mecanismos de tomada de decisão. Pelo contrário, os jovens demonstram reservas quanto ao grau de inclusão real das suas opiniões. Ainda assim, encaram a participação no DNI como uma oportunidade estratégica para acompanhar o processo de perto, compreender o seu funcionamento e construir uma base de informação que, no futuro, lhes permita reivindicar com maior propriedade, legitimidade e conhecimento.

Neste sentido, a motivação para a participação no DNI revela-se menos associada à expectativa de influência directa e imediata, e mais orientada para o reforço da capacidade crítica e de intervenção cívica a médio e longo prazos. Trata-se de um posicionamento consciente e pragmático, que sublinha a centralidade da informação e do conhecimento como instrumentos de cidadania activa e de pressão social.

Adicionalmente, os jovens destacam como factor motivador a potencialidade da descentralização do DNI, sublinhando que o actual processo representa uma ruptura em relação a modelos anteriores, caracterizados por abordagens essencialmente bilaterais e centralizadas. Alguns participantes, apelam a uma postura construtiva, desencorajando críticas prematuras e promovendo uma leitura mais optimista do momento actual. Esta leitura reconhece o facto de estarem a decorrer actividades de diálogo em espaços e com interlocutores historicamente pouco considerados nos processos de diálogo político.

¹ Boletim Informativo da INCLUSÃO nº1: <https://www.inclusaomoz.org/publicacoes/participar-para-exigir>

A descentralização do diálogo é, assim, percebida como uma oportunidade inédita para alargar a participação e tornar o processo mais inclusivo e representativo. Em vez de adoptar uma postura de vitimização, os jovens defendem que os cidadãos devem apropriar-se deste novo espaço para influenciar agendas, fortalecer a inclusão a partir das bases comunitárias e contribuir para a consolidação da legitimidade do processo, ancorada numa participação mais próxima e efectiva das comunidades.

Apesar de o Diálogo Nacional Inclusivo (DNI) ter sido abordado por diversos órgãos de comunicação social e enquadrado como um tema de debate nacional, a informação disponível sobre o processo revelou-se ainda limitada, pouco acessível e insuficientemente atractiva para mobilizar a participação dos cidadãos não filiados em partidos políticos e sem histórico de activismo ou envolvimento em acções de cidadania cívica. Esta realidade é confirmada pelos dados recolhidos junto dos inquiridos em meados do mês de Novembro, dos quais a maioria, 54,08% declarou não ter conhecimento ou informação clara sobre o decurso do DNI, conforme ilustrado no gráfico abaixo.

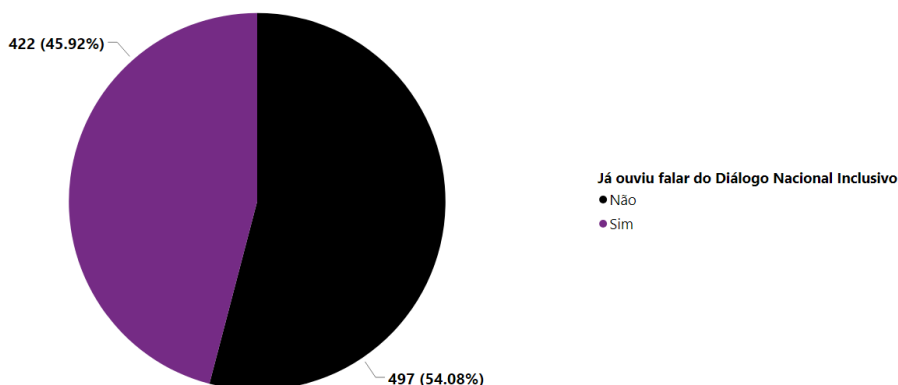
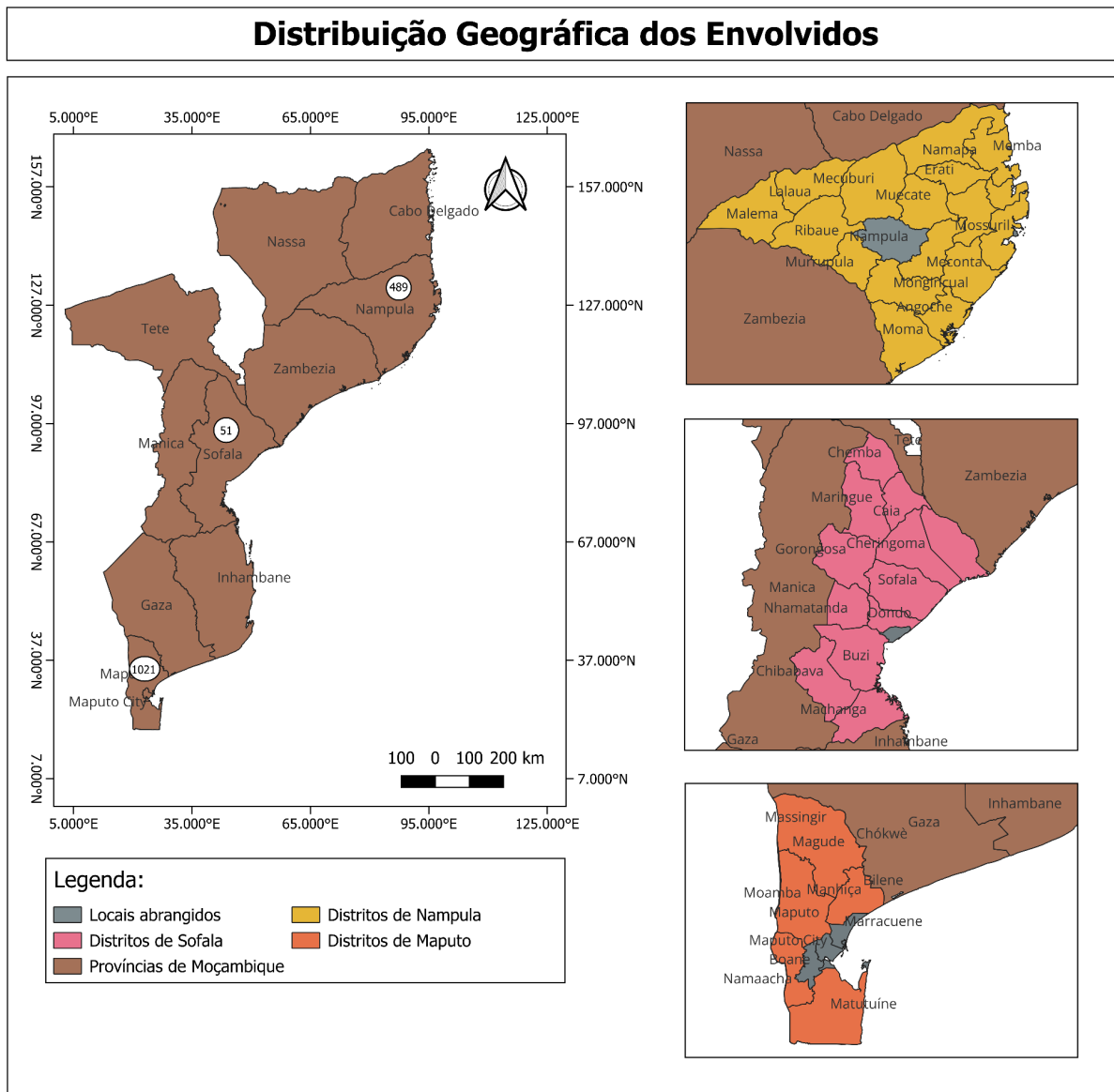


Figura 1: Jovens com e sem informação sobre DNI

Tendo em conta as limitações identificadas no acesso à informação sobre o Diálogo Nacional Inclusivo (DNI), e movidos pelo interesse em promover um envolvimento mais consciente e informado da juventude, tanto enquanto fiscalizadora do processo como enquanto parte activa na formulação de contributos, optou-se pela adopção de uma abordagem metodológica combinada. Esta abordagem visou, por um lado, reforçar a disseminação de informação sobre o DNI e, por outro, assegurar a recolha sistemática das demandas, percepções e contribuições da juventude



.Figura 2: Mapa dos locais da colecta de dados

Neste quadro, foram realizadas duas (2) conferências, sete (7+) oficinas participativas e um (1) inquérito, nas províncias de Maputo (Província e Cidade), Nampula e Sofala como ilustrado no mapa acima e envolvendo um total de 1561 participantes conforme o figura abaixo.

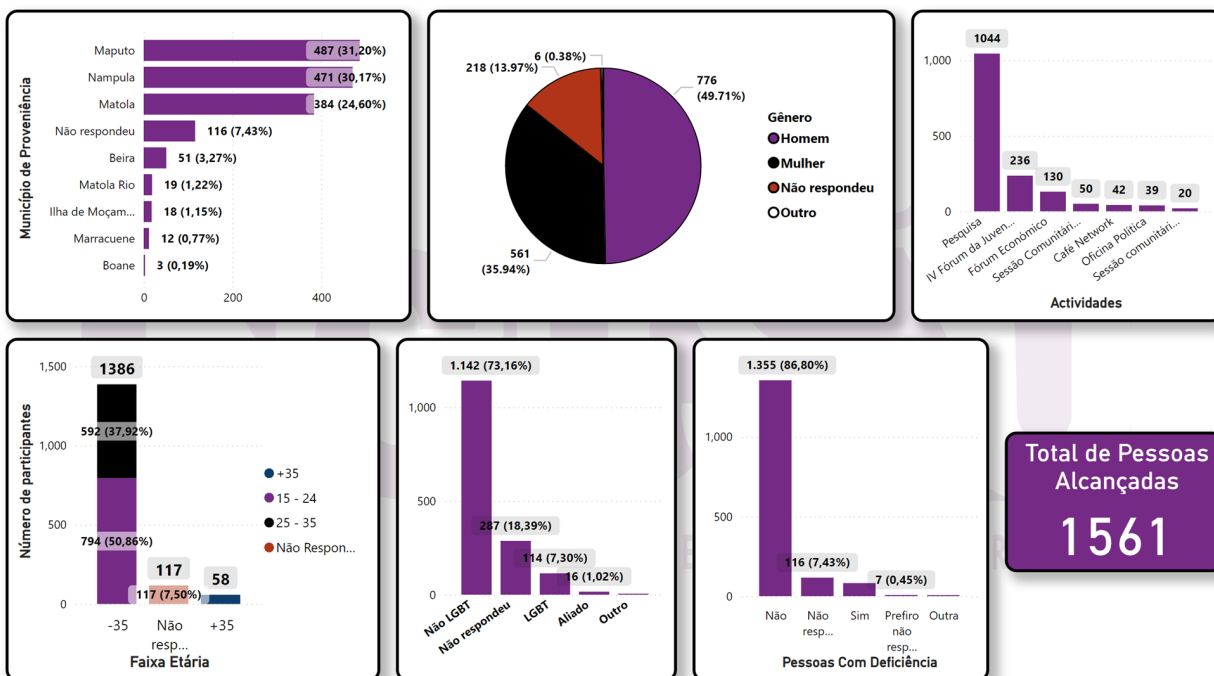


Figura 3: Total de participantes

2.1. Conferências

No âmbito deste processo, foram realizadas duas (2) conferências enquanto metodologias de recolha de contributos da juventude. A primeira esteve centrada em matérias de natureza constitucional, com enfoque nos aspectos políticos, eleitorais e legais. A segunda incidiu sobre questões de governação, com particular atenção à participação da juventude nos processos económicos e de governação. Estas conferências decorreram nos meses de Novembro e Dezembro, respectivamente.



Imagem 1: Conferência subordinada ao tema “O Poder da Juventude em Tempos de Crise - Agências de Mobilização Social e Transformação”

Estes eventos foram realizados no Município da Cidade de Nampula e envolveram um total de 368 participantes, dos quais 57% eram homens. Do total dos participantes, 91,85% tinham menos de 35 anos, 5,43% identificaram-se como pessoas LGBTI+ e 3,53% eram pessoas com deficiência, conforme ilustrado na figura abaixo.

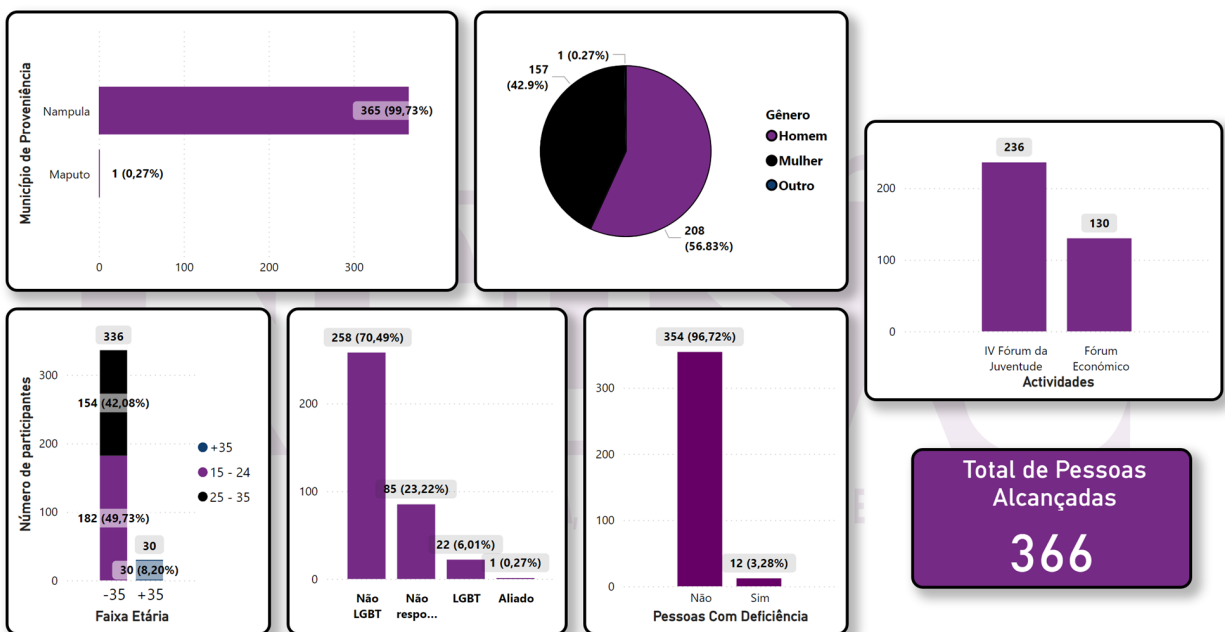


Figura 4: Participantes das conferências

2.2. Oficinas

As oficinas foram realizadas na Cidade da Beira, na Cidade de Maputo, na Cidade de Nampula e na Ilha de Moçambique. As sessões iniciavam com uma componente de informação sobre o Diálogo Nacional Inclusivo (DNI) e os respectivos mecanismos de participação, culminando com a recolha das diferentes demandas e contribuições da juventude para o DNI.

Estas oficinas decorreram tanto em espaços comunitários informais como em salas fechadas, de modo a garantir maior inclusão e adequação aos diferentes contextos locais.



Imagem 2: Oficinas sobre DNI em Mutauanha, Nampula

As oficinas envolveram um total de 151 participantes, dos quais 33,11% eram provenientes de Nampula, 25,17% da Cidade da Beira, 23,18% da Cidade de Maputo e 11,92% da Ilha de Moçambique.



Figura 5: Participantes das oficinas

No âmbito das oficinas, 23,18% dos participantes identificaram-se como pessoas LGBTI+, 9,93% declararam-se aliadas da causa LGBTI+ e 3,31% eram pessoas com deficiência. Em termos etários, 91% dos participantes tinham menos de 35 anos.

2.3. Inquéritos

O inquérito foi realizado com maior tendência em Maputo, Matola e Nampula, nestes espaços envolveu 41,86%, 36,11% e 5,36% respectivamente.

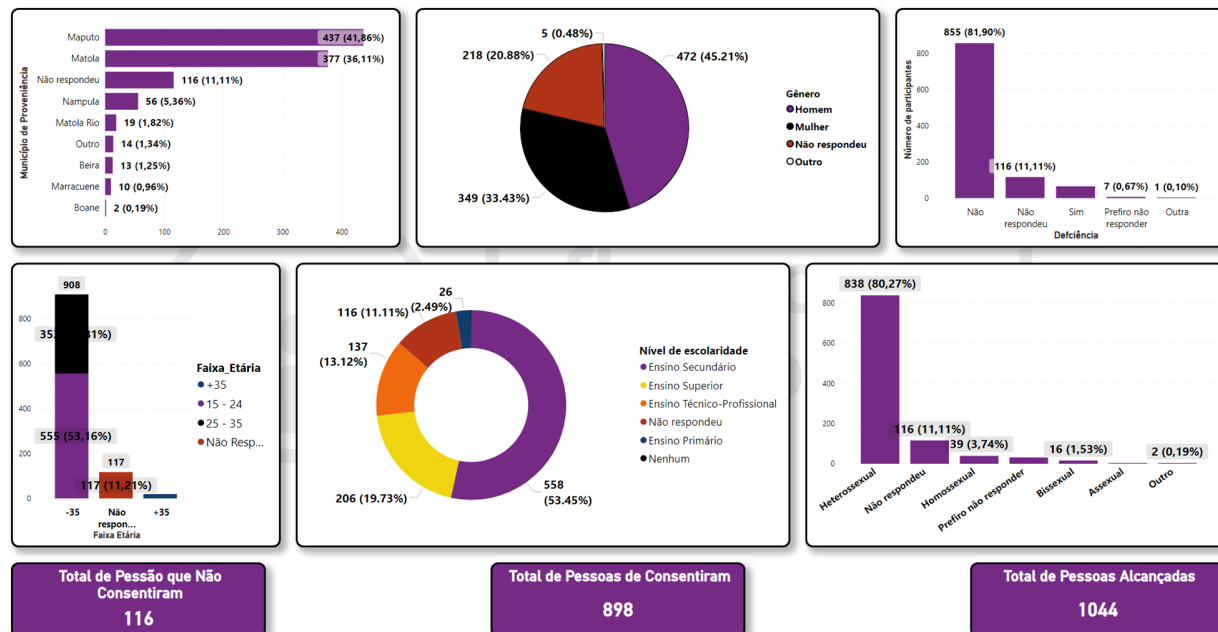


Figura 6: Participantes do inquérito

Os jovens demonstram e expressam mudanças concretas e visíveis, materializadas em processos constitucionais e de governação. Entre os participantes do inquérito, 78% manifestaram o desejo de mudanças constitucionais e, por outro lado, 83,42% demonstraram interesse em maiores mudanças nos processos de governação, conforme ilustrado nas figuras abaixo.

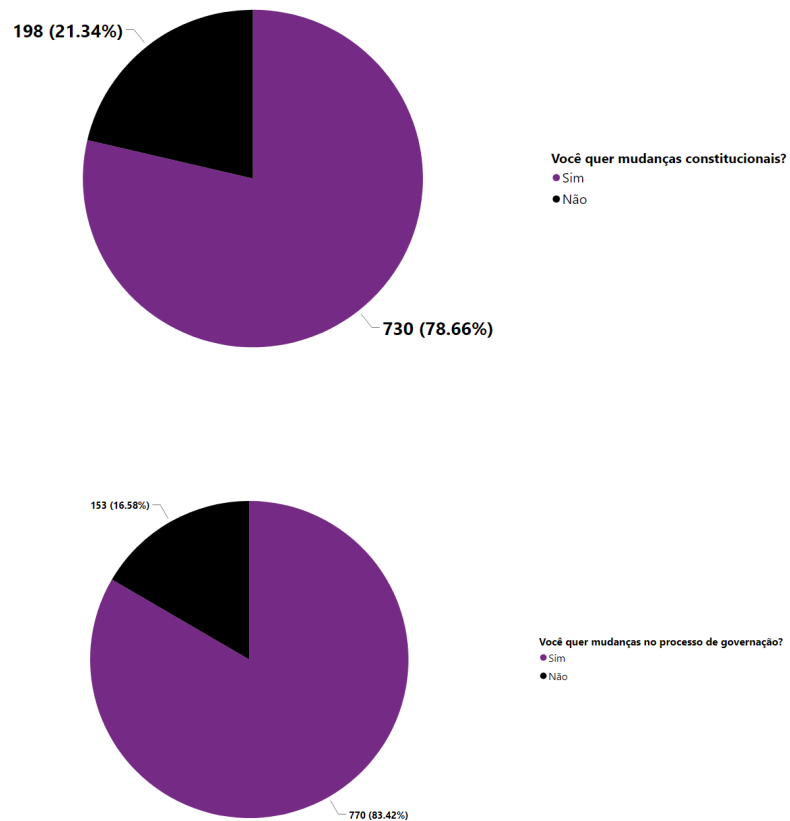


Figura 7: Participantes que aspiram mudanças constitucionais e de governação

As três principais prioridades da juventude centram-se em questões relacionadas com o emprego e as oportunidades económicas, seguidas da melhoria dos serviços públicos e do acesso à educação formal e profissionalizante.

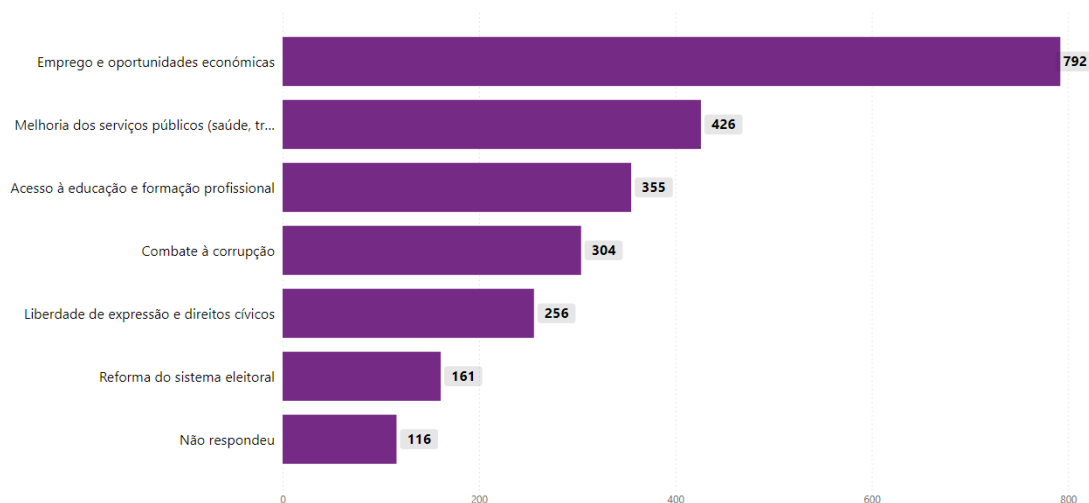


Figura 8: Principais demandas actuais dos jovens moçambicanos em 2025

3. Recomendações constitucionais e governamentais

3.1. Adopção do modelo de lista zebra etária, garantindo a alternância obrigatória entre candidatos com menos de 35 anos e mais de 35 anos nas listas de candidaturas aos órgãos municipais, provinciais e à Assembleia da República. Esta medida visa assegurar a participação efectiva e equilibrada da juventude nos espaços de tomada de decisão política, promovendo a inclusão geracional e o princípio da representatividade democrática. A institucionalização da lista zebra etária permitirá que os jovens deixem de ser apenas eleitores ou mobilizadores políticos, passando a ser actores activos na formulação de políticas públicas, com voz e poder de decisão sobre matérias que afectam directamente as suas vidas, como educação, emprego, habitação, saúde e inovação.

3.2. Redução dos poderes de nomeação do Presidente da República, de modo a garantir a separação efectiva de poderes, impedindo que o Chefe de Estado nomeie directamente os Reitores das Universidades públicas, os Presidentes dos Tribunais e o Procurador-Geral da República. O processo passará por mecanismos mais participativos e com maior influência dos próprios colectivos. Os cargos serão escolhidos de forma mais técnica e menos sujeita a interesses políticos.

3.3. Concessão de amnistia para os cidadãos detidos no contexto pós-eleitoral em situações de protesto e apoio às famílias das vítimas das manifestações pós-eleitorais, desde que os actos imputados estejam associados ao exercício do direito à manifestação e não envolvam crimes graves. Esta medida reconhece que, durante o período pós-eleitoral, muitos jovens foram presos em circunstâncias estranhas, desproporcionais ou pouco esclarecidas, resultantes de abordagens

excessivamente securitárias. A amnistia representa uma oportunidade concreta de pacificação social, reconciliação nacional e reforço do Estado de Direito, evitando a criminalização da participação cívica juvenil e permitindo a reintegração social, educativa e profissional dos jovens afectados.

3.4. Implementação de políticas e programas técnicos-profissionais para a real inserção dos jovens no mercado de trabalho, isto é, políticas e programas orientados para as reais necessidades do mercado de trabalho, através da implementação de programas de formação de curta, média e longa duração, articulados com estágios, aprendizagem em contexto laboral e parcerias entre o Estado, o sector privado e a sociedade civil, com prioridade para as zonas de maior desigualdade social e económica. Esta reforma deve assegurar a institucionalização da integração efectiva da juventude no mercado de trabalho, promovendo competências técnicas, digitais, empreendedoras e transversais, facilitando a transição da escola para o emprego, reduzindo o desemprego juvenil e combatendo a pobreza, enquanto factor central de exclusão social e insegurança.

Esta reforma deve assegurar, de forma clara e consistente, que os estudantes que concluem o ensino secundário adquiram competências técnicas, profissionais e comportamentais alinhadas às exigências do mercado de trabalho nacional. Paralelamente, é fundamental garantir que as instituições que oferecem cursos de curta duração, como estratégia de promoção do auto-emprego, disponham de recursos materiais, humanos e financeiros adequados, de modo a assegurar a eficácia desses cursos e o fortalecimento real do auto-emprego.

A implementação efectiva desta reforma poderá contribuir para a redução de situações em que os jovens acumulam certificados sem, contudo, conseguirem desenvolver iniciativas sustentáveis de auto-emprego ou obter inserção no mercado de trabalho formal. Adicionalmente, este processo poderá ajudar a mitigar fenómenos sociais associados ao desemprego juvenil, tais como o envolvimento de jovens no trabalho sexual e o aumento da insegurança nos bairros periféricos, conforme evidenciado nos dois excertos apresentados abaixo.

“Nós, jovens licenciados, não temos emprego. Todas as vagas já têm dono. Porquê lançam vagas se já estão preenchidas? Estamos a pedir ajuda; os nossos certificados já estão a estragar-se com a chuva”² (Intervenção de jovem mulher residente de Mutauanha, 20.11.25)

“Com os meus 30 anos, não estou a fazer nada. Não é porque alguém gosta de roubar; é por falta de emprego. Não é que as mulheres não queiram formar lar, mas como não há emprego,

² Boletim Informativo da INCLUSÃO n.º3: <https://www.inclusaomoz.org/publicacoes/boletim-informativo-3>

muitas acabam por se prostituir” (Intervenção de jovem homem residente de Mutauanha 20.11.25) ³

3.5. Criação e Aplicação de leis claras e eficazes de combate à discriminação no sector laboral e de educação, que protejam estudantes e trabalhadores LGBTQIA+ contra qualquer forma de exclusão, estigmatização ou preconceito com base na orientação sexual e identidade de género. Estas leis devem prever mecanismos acessíveis de denúncia, responsabilização e penalização de actos discriminatórios praticados por instituições de ensino, professores, empregadores ou colegas, garantindo igualdade de acesso à educação, à formação profissional e ao emprego digno, em consonância com os princípios da justiça social, da inclusão e dos direitos humanos. Para os jovens LGBTQIA+, esta medida é de elevada relevância, pois responde directamente a um dos pontos centrais das reformas a serem feitas no âmbito do DNI, que é a questão da inclusão económica da juventude na sua diversidade. Isto também podemos ver pelos excertos abaixo

(...) Os jovens LGBT têm passado por muita discriminação, sobretudo em questões de empregabilidade. Temos visto muitos casos em que, só por ser LGBT, o dono da empresa já não te quer contratar. Esses são pontos que não estão a ser abordados no (DNI). (...) Às vezes, a pessoa é boa na entrevista, mas, por ser LGBT, o empregador simplesmente não a quer na empresa. Colegas que estiveram no DNI (nas auscultações), vocês falaram dessas questões? Não. São assuntos que devíamos levar muito a sério. O governo está mais preocupado com questões políticas, enquanto as questões que têm a ver com a humanidade não estão a ser consideradas.” (Excerto da fala de um Activista de Direitos Humanos, aliado à causa LGBTQIA+ na Beira) ⁴

“No sistema de ensino, devemos ter políticas anti-discriminatórias. Se existissem leis que penalizassem os professores e os impedissem de praticar estigma e discriminação, muitos problemas seriam evitados e mais estudantes chegariam ao ensino superior. Este estigma muitas vezes vem dos próprios professores (...) Eu já sofri esse tipo de discriminação e continuo a sentir isso na faculdade. Ser parte da comunidade LGBT é um desafio psicológico; entre os colegas, também sinto atitudes e palavras que me fazem sentir discriminado. É difícil lidar com isso, mas tenho tentado (Excerto da fala de um Activista gay, na Beira)” ⁵

3.6. Adequar os mecanismos de recrutamento e condições de trabalho para jovens com deficiência física, visual e auditiva e estabelecer quotas para jovens em início de carreira nas multinacionais de nas grandes empresas privadas e públicas, assegurando que os processos de selecção, os ambientes laborais e as políticas de gestão de recursos humanos estejam devidamente

³ Boletim Informativo da INCLUSÃO nº3: <https://www.inclusaomoz.org/publicacoes/boletim-informativo-3>

⁴ Boletim Informativo da INCLUSÃO nº2: <https://www.inclusaomoz.org/publicacoes/dialogo-nacional-inclusivo-na-beira>

⁵ Boletim Informativo da INCLUSÃO nº2: <https://www.inclusaomoz.org/publicacoes/dialogo-nacional-inclusivo-na-beira>

preparados não apenas para pessoas com deficiência física, mas também para pessoas com deficiência visual e auditiva, bem como para pessoas com albinismo, através da adaptação dos procedimentos de candidatura, da acessibilidade física, tecnológica e comunicacional, da disponibilização de meios e tecnologias assistivas, da garantia de condições de trabalho seguras e livres de discriminação, e da promoção de uma cultura institucional que valorize a igualdade de oportunidades e a inclusão efectiva no mercado de trabalho. Através do estabelecimento de quotas para jovens em início de carreira nas grandes empresas e multinacionais, garantindo oportunidades de primeira experiência profissional para a juventude moçambicana. Esta medida permitirá que os jovens adquiram competências práticas, experiência laboral e exposição a ambientes corporativos estruturados, facilitando a transição da educação para o mercado de trabalho e promovendo a empregabilidade juvenil. Para o Governo, a política contribui para fortalecer o capital humano jovem, dinamizar a economia e reduzir o desemprego juvenil, ao mesmo tempo que promove uma cultura de responsabilidade social empresarial e integração da juventude no desenvolvimento sustentável do país.

3.7. Reabertura de fábricas de produção e processamento, por meio da privatização das fábricas nacionalizadas e falidas, acompanhadas de estratégias estruturadas de envolvimento da juventude em todos os níveis hierárquicos, desde posições operacionais e cargos de supervisão e gestão. Esta medida permitirá que os jovens tenham acesso a emprego formal, formação prática e oportunidades de crescimento profissional, contribuindo para o desenvolvimento de competências técnicas e de liderança.

“Não basta reactivar as fábricas Texmoque, Olam e outras. Essas fábricas empregavam qualquer pessoa, independentemente do nível académico; todos tinham possibilidade de emprego. Muitas fábricas pararam antes mesmo das manifestações” (Intervenção de jovem homem residente de Mutauanha, 20.11.25)⁶

Para o Governo, a reabertura de fábricas representa um instrumento estratégico de revitalização industrial, redução do desemprego juvenil e dinamização económica, fortalecendo a economia local e promovendo a integração activa da juventude no desenvolvimento sustentável e na geração de riqueza do país.

3.8. Isenção do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) para produtos de primeira necessidade e Manutenção/ Aumentação para Bens Luxo, como medida de política fiscal pode ainda estimular padrões de consumo mais racionais e alinhados com as prioridades do desenvolvimento nacional, ao mesmo tempo que fortalece a arrecadação do Estado sem penalizar excessivamente os grupos mais vulneráveis. Dessa forma, a isenção do IVA para produtos de primeira necessidade, combinada com a tributação reforçada dos bens de luxo, tornaria-se uma

⁶Boletim de Informativo, nº3: <https://www.inclusaomoz.org/publicacoes/boletim-informativo-3>

medida estratégica para promover inclusão social, reduzir desigualdades e tornar o sistema fiscal mais eficiente e justo.

3.9. Construção de habitação acessível para jovens, com condições de pagamento mensais proporcionais ao salário mínimo e financiamento ao longo prazo, de forma a não comprometer a sustentabilidade financeira dos jovens. Esta medida permitirá que os jovens acedam a habitação digna e segura, contribuindo para a estabilidade social e económica, e para a redução da vulnerabilidade habitacional entre os jovens, especialmente nas zonas urbanas com maior pressão populacional.

3.10. Inclusão dos jovens moçambicanos em posições de liderança nas multinacionais, assegurando que o acesso a cargos superiores não dependa exclusivamente de longos anos de experiência, mas também de competências, inovação e potencial de liderança demonstrados nos últimos cinco anos. Esta medida permitirá promover a renovação geracional nas empresas, aumentar a participação activa da juventude na tomada de decisões estratégicas e valorizar novas ideias, criatividade e empreendedorismo jovem. Para o Governo, a implementação desta política contribuirá para o fortalecimento do capital humano jovem, o estímulo à produtividade e competitividade do sector empresarial, e a criação de oportunidades reais de emprego e progressão na carreira para a juventude, reforçando a integração dos jovens no desenvolvimento económico sustentável do país.

3.11. Abertura e facilidades em programas de linhas de crédito para jovens empreendedores, especialmente aqueles que estão a iniciar actividades de auto-emprego, garantindo condições de pagamento de longo prazo e taxas de juro de 10%. Esta medida permitirá que os jovens tenham acesso facilitado a financiamento para investir nos seus negócios, estimulando o empreendedorismo, a inovação e a geração de emprego. Para o Governo, a criação e o reforço destes programas irá contribuir para o fortalecimento do sector económico jovem, aumento da formalização de negócios e dinamização da economia local, ao mesmo tempo que promove a inclusão financeira e a autonomia económica da juventude, consolidando um ambiente de desenvolvimento sustentável e de confiança nas instituições públicas.

3.12. Reformulação dos modelos de governação eleitoral e descentralização, para garantir que, primeiro, tenhamos uma lei eleitoral que não sofra alterações constantes para a acomodação de interesses partidários. Segundo, para assegurar que o STAE esteja de facto subordinado à CNE, isto por meio da estipulação de um mandato igual ao da CNE para o STAE. Ademais, quanto ao modelo de descentralização, é necessário que haja a efectivação da descentralização fiscal a nível local e a alteração das competências do Secretário de Estado para que lhe compita apenas questões que não podem ser descentralizadas respeitando a figura eleita de Governador.

4. Considerações finais

O presente documento constitui uma contribuição substantiva e legítima da juventude moçambicana para o Diálogo Nacional Inclusivo (DNI), reflectindo as percepções, aspirações e propostas concretas de mais de 1500 jovens das províncias de Maputo, Sofala e Nampula. As evidências apresentadas demonstram, de forma inequívoca, que a juventude não se limita a reivindicações abstractas, mas apresenta uma leitura crítica e informada sobre os desafios estruturais do país, bem como propostas viáveis para reformas constitucionais, institucionais e de governação.

As contribuições sistematizadas revelam uma forte demanda por mudanças profundas nos modelos de governação, na distribuição e exercício do poder político, na inclusão efectiva dos jovens nos espaços de tomada de decisão e na criação de oportunidades económicas sustentáveis.

O documento evidencia igualmente que, apesar do cepticismo existente em relação à eficácia do processo, a juventude está disposta a participar no DNI, desde que este se traduza em mecanismos reais de escuta, incorporação de contributos e prestação de contas. Neste sentido, a credibilidade e a legitimidade do DNI dependerão, em grande medida, da capacidade das instituições do Estado e dos actores políticos de demonstrarem abertura, transparência e vontade política para transformar as contribuições recolhidas em reformas concretas e mensuráveis.

Este documento coloca-se à disposição da COTE um instrumento de reflexão, diálogo e tomada de decisão, reafirmando o compromisso da juventude com um Moçambique mais justo, democrático, inclusivo e orientado para o desenvolvimento sustentável.